

# SUMÁRIO

<b>Capítulo 1 – Regras Gerais sobre o Processo Judicial Previdenciário.....</b>	<b>17</b>
1. Competência jurisdicional.....	17
1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal.....	17
1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual.....	20
1.3. Competência estadual por delegação.....	32
2. Legitimidade ativa e passiva <i>ad causam</i> e formação de litisconsórcio.....	41
3. As prerrogativas do INSS em juízo.....	48
4. O prévio requerimento administrativo e as ações judiciais e a reafirmação judicial da data de entrada do requerimento.....	59
5. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação.....	97
6. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários.....	99
7. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações.....	104
8. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias.....	106
9. Ação civil pública previdenciária.....	114
10. Intervenção do Ministério Público.....	121
11. Custas processuais.....	122
12. Coisa julgada nas lides previdenciárias.....	124
13. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários.....	130
14. Perícia judicial nas causas previdenciárias.....	142
14.1. Regras gerais.....	142
14.2. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).....	153
14.3. Quesitação em perícia previdenciária.....	160

15. Pedido nas ações previdenciárias .....	168
16. Recurso especial e repetitivo.....	171
17. Recurso extraordinário, repercussão geral e repetitivo .....	206
18. Ação rescisória previdenciária.....	209
19. Fase de execução nas ações previdenciárias .....	216
20. Sucessão processual em caso de morte do autor.....	227
21. Regras de prescrição e decadência nos benefícios previdenciários.....	236
21.1. Prescrição quinquenal .....	237
21.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários.....	255
21.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário.....	286
21.4. Ampliação das situações de decadência pela Lei 13.846/2019.....	288
22. Mandado de segurança em matéria previdenciária.....	295

## **Capítulo 2 – Regras Específicas sobre o Procedimento dos Juizados Especiais Federais .....**

311

1. Microssistema jurídico com aplicação supletiva do Código de Processo Civil de 2015 .....	311
2. Critérios de competência: valor da causa e outros.....	316
3. Propositura da ação e sua desistência.....	329
4. Assistência judiciária gratuita.....	333
5. O INSS e os seus representantes judiciais .....	334
6. Citação e contestação.....	335
7. Abolição de algumas prerrogativas do poder público em juízo.....	337
8. Vedação à intervenção de terceiros.....	341
9. Contagem dos prazos.....	341
10. Audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	342
11. Conciliação.....	348
12. Prova pericial .....	358
13. Tutela provisória e efeitos da sua revogação .....	362
14. Custas processuais e honorários advocatícios .....	380
15. Sentença.....	380
16. Embargos de declaração .....	383
17. Procedimento na turma recursal (recurso inominado, mandado de segurança, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração) .....	393

18. Procedimento na turma regional e na Turma Nacional de uniformização (incidentes de uniformização, agravo regimental, embargos de declaração e reclamação) .....	411
19. Procedimento no STJ (incidente, agravo e embargos de declaração) .....	437
20. Procedimento no STF (recurso extraordinário, agravo e embargos de declaração) ...	441
21. Coisa julgada.....	443
22. Fase de execução.....	452
23. Tabela prática dos prazos nos juizados especiais federais.....	459

### **Capítulo 3 – Atos Processuais das Partes, dos Julgadores e de seus Auxiliares no Rito do JEF .....**

<b>1. Petição inicial e termo de pedido .....</b>	<b>461</b>
1.1. Atermação para a concessão ou restabelecimento de benefício por incapacidade laborativa .....	462
1.2. Atermação para a concessão de aposentadoria por idade ao segurado especial .....	466
1.3. Atermação para o reconhecimento de tempo de contribuição especial e aposentadoria especial .....	468
1.4. Atermação para a concessão do BPC/Loas ao idoso ou deficiente.....	470
1.5. Atermação para a concessão de pensão por morte para companheiro(a) ...	474
2. Despacho saneador .....	475
3. Despacho de recebimento inicial e designação de audiência .....	476
4. Despacho de recebimento inicial com designação de perícia e citação .....	477
5. Decisão que posterga a apreciação de tutela de urgência .....	478
6. Decisão denegatória de tutela de urgência.....	478
7. Decisão concessória de tutela de urgência.....	479
8. Embargos de declaração contra decisão interlocutória.....	480
9. Decisão que julga embargos de declaração contra decisão interlocutória .....	481
10. Decisão declinatoria de competência .....	481
11. Contestação do INSS e instrução pelos sistemas Plenus e CNIS .....	483
11.1. Contestação – Pensão por morte negada por ausência de prova da qualidade de companheiro(a).....	497
11.2. Contestação – Aposentadoria por idade do segurado especial .....	507
11.3. Contestação – Benefício de prestação continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/LOAS).....	513
11.4. Contestação – Aposentadoria por tempo de contribuição do deficiente...	526

12. Decisão designatória de perícia médica.....	538
13. Decisão designatória de perícia social com apresentação de quesitação.....	540
14. Petição com apresentação de quesitos.....	541
15. Laudo pericial médico de benefício por incapacidade laboral.....	542
16. Laudo pericial médico do benefício assistencial de salário-mínimo do deficiente.....	548
17. Laudo de perícia social do benefício assistencial de salário-mínimo do deficiente e idoso carente.....	550
18. Formulário de cálculos (parâmetros).....	553
19. Planilha de cálculos elaborada pela contadoria da vara.....	554
20. Decisão designatória de audiência.....	555
21. Decisão de intimação do Ministério Público Federal.....	556
22. Parecer do Ministério Público Federal.....	556
23. Ata de audiência com conclusão.....	557
24. Ata de audiência com sentença.....	558
25. Sentença terminativa (sem análise de mérito).....	559
26. Sentença definitiva (com análise de mérito).....	560
27. Embargos de declaração contra a sentença.....	570
28. Contrarrazões aos embargos de declaração contra a sentença.....	571
29. Decisão dos embargos de declaração contra a sentença.....	571
30. Informação de implantação de benefício da AADJ.....	573
31. Petição do INSS de dispensa de recurso inominado.....	575
32. Recurso inominado contra a sentença definitiva.....	576
33. Recurso inominado contra a sentença definitiva com pedido de efeito suspensivo ao relator.....	578
34. Despacho que encaminha recurso inominado contra a sentença.....	579
35. Contrarrazões ao recurso inominado contra a sentença.....	580
36. Mandado de segurança contra sentença terminativa.....	581
37. Despacho de conversão em diligência do relator na turma recursal.....	584
38. Julgamento monocrático do relator na turma recursal.....	584
39. Agravo regimental contra decisão monocrática na turma recursal.....	586
40. Acórdão da turma recursal.....	590
41. Acórdão de adequação da turma recursal.....	592
42. Acórdão da turma recursal que julga prejudicado incidente de uniformização suspenso.....	598

43. Embargos de declaração contra acórdão da turma recursal.....	600
44. Decisão da turma recursal que julga embargos de declaração.....	602
45. Incidente de uniformização para a turma regional de uniformização.....	603
46. Contrarrazões ao incidente de uniformização para a turma regional de uniformização.....	621
47. Decisão da turma recursal que inadmite o incidente para a turma regional de uniformização.....	624
48. Agravo para destrancar incidente para a turma regional.....	625
49. Julgamento do agravo pela turma regional de uniformização para destrancar incidente.....	629
50. Decisão de inadmissão monocrática do relator do incidente de uniformização na turma regional.....	631
51. Agravo regimental contra inadmissão monocrática da turma regional.....	633
52. Decisão da turma regional que julga agravo regimental contra inadmissão do incidente pelo relator.....	634
53. Acórdão da turma regional.....	636
54. Decisão da turma regional que julga embargos de declaração.....	642
55. Incidente de uniformização para a Turma Nacional.....	647
56. Contrarrazões ao incidente de uniformização para a TNU.....	658
57. Decisão do presidente da turma recursal que inadmite o incidente para a TNU....	660
58. Agravo para destrancar incidente para a TNU.....	663
59. Decisão da turma recursal de sobrestamento do incidente para a TNU.....	665
60. Julgamento monocrático do relator na Turma Nacional.....	665
61. Agravo regimental contra julgamento monocrático do relator na Turma Nacional.....	669
62. Decisão de inadmissão monocrática do relator do incidente de uniformização na Turma Nacional.....	670
63. Agravo regimental contra inadmissão monocrática da Turma Nacional.....	671
64. Decisão da Turma Nacional que julga agravo regimental contra inadmissão do incidente pelo relator.....	672
65. Decisão irrecurável do presidente da Turma Nacional.....	683
66. Acórdão da Turma Nacional.....	687
67. Acórdão da Turma Nacional em julgamento de incidente representativo de controvérsia.....	690
68. Decisão da Turma Nacional que julga embargos de declaração.....	698
69. Incidente de uniformização de jurisprudência para o STJ.....	703

70. Contrarrazões ao incidente de uniformização para o STJ .....	707
71. Decisão do presidente da TNU que inadmite o incidente para o STJ.....	709
72. Petição para destrancar incidente para o STJ inadmitido pelo presidente da TNU .....	710
73. Indeferimento monocrático do relator no STJ do incidente de uniformização ...	712
74. Agravo interno contra indeferimento monocrático do incidente proferido pelo relator no STJ .....	715
75. Decisão do relator da 1ª Seção do STJ que admitiu o incidente e determinou liminarmente o sobrestamento nacional de todos os processos com idêntica controvérsia.....	716
76. Decisão da 1ª Seção do STJ que apreciou o agravo regimental contra a decisão de inadmissão do incidente proferida pelo relator .....	723
77. Acórdão da 1ª Seção do STJ julgando o mérito do incidente de uniformização de jurisprudência.....	724
78. Recurso extraordinário.....	726
79. Contrarrazões ao recurso extraordinário.....	748
80. Decisão que inadmite o recurso extraordinário.....	750
81. Agravo para destrancar o recurso extraordinário.....	751
82. Decisão do STF que julga agravo para destrancar recurso extraordinário.....	755
83. Decisão do STF dando provimento à reclamação contra inadmissão de agravo para destrancar recurso extraordinário.....	756
84. Acórdão do STF em recurso extraordinário.....	760
85. Reclamação para a Turma Nacional de uniformização.....	764
86. Decisão da TNU julgando reclamação.....	767
87. Despacho de intimação de cálculos na execução.....	769
88. Impugnação aos cálculos na execução .....	769
89. Decisão do incidente na execução .....	770
90. Mandado de segurança como sucedâneo recursal na execução .....	771
91. Decisão liminar do relator da turma recursal em mandado de segurança na execução .....	776
92. Decisão colegiada da turma recursal em mandado de segurança na execução....	778
93. Requisição de Pequeno Valor – RPV .....	780
94. Certificação de coisa julgada e arquivamento .....	782

## Apêndices

<b>PARTE 1 – SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS DAS TURMAS REGIONAIS E TURMAS RECURSAIS.....</b>	<b>784</b>
1. 1ª Região.....	784
2. 2ª Região.....	788
3. 3ª Região.....	797
4. 4ª Região.....	799
5. 5ª Região.....	802
<b>PARTE 2 – QUESTÕES DE ORDEM DA TNU.....</b>	<b>804</b>
<b>PARTE 3 – REGIMENTO INTERNO DA TNU (Resolução CJF 586/2019).....</b>	<b>813</b>
<b>PARTE 4 – REGIMENTOS REGIONAIS E LOCAIS.....</b>	<b>833</b>
1. Regimento Interno da TR e TRU 1ª Região.....	833
2. Regimento Interno da TRU 2ª Região e Regimento Interno TR'S 2ª Região.....	858
3. Regimento Interno – TR e TRU 3ª Região.....	889
4. Regimento Interno – TR e TRU 4ª Região.....	909
<b>PARTE 5 – ATOS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS – COMPETÊNCIA DELEGADA.....</b>	<b>928</b>
1. Anexos Portaria Presi TRF 1 9507568/2019.....	928
1.1. Anexo I Portaria Presi TRF 1 9507568/2019 – Lista das Comarcas Estaduais localizadas na área de jurisdição da 1ª Região com competência federal delegada.....	928
1.2. Anexo II Portaria Presi TRF 1 9507568/2019 – Lista das Comarcas Estaduais localizadas na área de jurisdição da 1ª Região que deixaram de possuir competência delegada federal.....	944
2. Resolução nº TRF2-RSP-2019/00091, de 17 de dezembro de 2019 – Dispõe sobre o exercício, no âmbito da 2ª Região, da competência da Justiça Federal delegada, em matéria previdenciária, nos termos das alterações promovidas pelo art. 3º da Lei 13.876, de 20 de setembro de 2019.....	953
3. Resolução PRES TRF 3 N° 429, de 11 de Junho de 2021 – Dispõe sobre o exercício da competência delegada no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, nos termos do disposto no art. 3.º da Lei n.º 13.876/2019.....	956

4. Portaria TRF 4 N° 1351/2019 – Publica a Lista das Comarcas da Justiça Estadual com Competência Federal Delegada, no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região..... 961
5. Ato TRF 5 N° 480/2019 – Lista as comarcas estaduais que permanecem com a competência federal delegada para processamento e julgamento de causas de natureza previdenciária, conforme o disposto no inc. III, do art. 15, da Lei 5.010, de 30 de maio de 1966, com a redação dada pelo art. 3º, da Lei 13.876, de 20 de setembro de 2019 ..... 964